

## O AMAZONAS E O FUTURO - I

Nilson Pimentel (\*)

01/12/2017

Para nós, economistas e pesquisadores, algumas vezes nos deparamos com destacadas manifestação de cunho econômico, de políticos, de profissionais de diversas áreas e de demais técnicos com algumas experiências vivenciadas em projetos de desenvolvimento regional, mas o que nos chama a atenção são as formas de abordagens sem a sustentação na criticidade da Ciência da Economia que lastreia as teorias do desenvolvimento econômico regional, principalmente em extensas áreas espaciais, como a Amazônia e o Amazonas.

Não que estejam, de todo, em desacordo com os ditames dos fatores e variáveis macroeconômicas, mas que a ausência destes se torna as abordagens incongruentes e em projetos inexequíveis, economicamente.

Ou, como as abordagens e análises sobre algum projeto já implementado e seus resultados, como por exemplo, no caso que tratou o Seminário da Folha de São Paulo sobre o “Futuro da Amazônia” realizado em Manaus (27/11/2017), e dentre os temas abordados foi o Projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), o qual foi objeto de críticas explícitas de “pena paga” e de outros “formadores de opiniões”.

Ora Professor Roberto Castelo Branco, não nos venha apresentar suas proposições de análises aritméticas sobre os resultados do modelo ZFM, pois o estado do Amazonas, dentre os demais estados da Amazônia é o maior recolhedor de tributos federais, com média anual de 72%, ao governo federal e deficitário no que recebe (28%) desse mesmo governo, assim, recomendamos ao nobre Professor que a Econometria seria bem utilizada para suas análises macroeconômicas desse vitorioso projeto de desenvolvimento regional na Amazônia.

Por outro lado, se pergunta: o quanto vale os serviços ambientais que a floresta amazônica presta ao Brasil e ao mundo? A quem interessa manter intacta a cobertura vegetal de 98% do estado do Amazonas? sem receba nada em troca?

Não que sejamos obrigados nos submetermos a críticas infundadas e não verdadeiras feitas por abordagens não satisfatórias, manipulando certos números estatísticos que não condizem com a verdade por quem não conhece o modelo ZFM e seu Polo Industrial de Manaus (PIM).

É admissível que esse modelo de ZFM, que atualmente apresente algumas inadequações econômicas (de conteúdo e forma, referente às Políticas Econômica e Fiscal), com as alterações e mudanças que passam o sistema econômico brasileiro e mundial, haverá de ser repensado, assim como, de se processar alterações nesse modelo de substituições de importações, principalmente quando se tem a retomada do crescimento econômico brasileiro e as questões que envolvem a balança comercial, na qual as commodities ainda prevalecem, mesmo assim, se cria mais postos de trabalho em função do projeto ZFM, na Região Sudeste que na cidade de Manaus e no próprio PIM.

Por outro lado, concordo com os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA), quando questionam sempre, a quem interessa o Amazonas manter o bioma preservado e conservado como se encontra sem que tenha nenhuma contrapartida disto e tendo como consequência, seu povo paupérrimo? Vive-se em cima de botes de ouro e se permanecem sentados, inertes, rotos sem nenhuma condição de vida salutar, e sem tratar da ausência de renda.

Para esses economistas o sistema de coleta extrativista primária (sendo que alguns, predatórios) de recursos naturais, não pode ser considerado como modelo de desenvolvimento econômico regional para o Estado do Amazonas e seu povo, pois como esse tipo de atividade econômica não resulta em melhoria da qualidade de vida daqueles que participam dele, nem possibilita a acumulação de riqueza na base ativa.

Todos sabem que o Brasil não possui nenhum programa ou projeto integral para a Amazônia, sendo o que se encontra nas pesquisas são somente ações intervencionistas isoladas, sem mensuração ex ante das decisões de implementação de projetos, como são constatados na real, na implementação das grandes hidrelétricas na Amazônia.

Quanto a projetos específicos de desenvolvimento econômico regional nada se constata, por longo prazo passado até a presente data, com exceção do projeto ZFM.

Como fatos marcantes e característicos de políticas públicas do governo brasileiro que visaram certo desenvolvimento da Amazônia foram às induções exógenas desde os tempos passados até o atual presente.

Essa forma vem desde governos antes dos militares, se reproduzindo sem nenhum questionamento por parte dos quadros dominantes de poder político e econômico, quer de direita ou de esquerda, dentro ou fora da Amazônia.

Entretanto, mais recentemente, no século passado, alguns movimentos civis mais intelectualizados da Amazônia começaram a criticar essa forma de política para as intervenções nos sistemas Amazônicos, que visaram aproveitamento de potenciais econômicos, como foi o caso das grandes hidrelétricas.

Como reputam os economistas do CEA, não é tarefa fácil induzir processos de desenvolvimento econômico em extensos espaços territoriais como os do estado do Amazonas, tampouco formatar Políticas Públicas específicas que contemple as diferentes características espaciais das 9 (nove) sub-regiões que compõem a divisão do estado com seus 62 Municípios.

O Amazonas haverá de enfrentar grandes desafios se quiser se comprometer com o futuro e com a sociedade amazonense, pois para pensar e implementar programas e projetos de desenvolvimento econômico regional, induzidos pelo estado, terá que interpretar o conjunto de características que envolvem aquelas sub-regiões.

Vale ressaltar, nas sub-regiões do Amazonas, existe forte fragmentação temporal de suas atividades econômicas e de suas potencialidades econômicas regionais.

Desse modo, se necessita encontrar as convergências e os fluxos econômicos entre elas, que torne possível estabelece vetores de transformação em cada município de cada sub-região, se necessário for, sempre pautada em políticas públicas específicas que ampare esses processos de avanço econômico regional.

Para tanto, a atração de investimentos produtivos diretos, nacional e estrangeiro, há de se revestir de base de estudos estratégicos, de natureza prospectiva sobre objetivos que foquem o futuro e as tecnologias e inovações, ou seja, a nova visão para o desenvolvimento regional, pois além de precisar conhecer os fluxos de conhecimento apropriados para garantir o equilíbrio necessário nos processos de desenvolvimento e de negócios, incluindo o planejamento econômico estratégico, as inovações, o desenvolvimento de novos produtos e a gestão de tecnologias.

É esse formato de fluxo de conhecimento que depende de ambiências dos contextos, internos e externos a governança pública estadual que inclui fatores como expectativas de desenvolvimento econômico, dinâmica de novos mercados, saberes tradicionais, cultura municipal, dentre outras.

Como ressaltam os economistas do CEA, nesse ponto de inflexão, onde o ambiente incerto, mudanças constantes, onde os sistemas econômico, social, tecnológico, político e ambiental e seus subsistemas são de fato complexos, os instrumentos tradicionais da tomada de decisão já não se aplicam mais em processos que decidem e influenciam a objetivação de um futuro promissor.

Por outro lado, para o Amazonas somente resta trabalhar duro e sob vigília estratégica, interna e externa, no entender do CEA, esse governo tampão, acuado como está não consegue governar, nem fazer a arrumação da casa, muito menos estabelecer ou reeditar políticas públicas prioritárias e importantes ao desempenho econômico do estado, como no caso, a Política dos Incentivos Fiscais do ICMS, por interferências de lutas de facções nas entranhas do poder e, aponta que, objetivando-se o futuro e o desenvolvimento econômico regional, a forma e composição do Decreto nº 38.360, de 17/11/2017, não condiz com as necessidades que atenda os fatores que as alterações e as mudanças ocorridas no sistema econômico exigem.

Ressalta-se que o governo tampão, mesmo que tenha sido eleito, não pode governar sem conexão com a sociedade, sem que tenha olvidado as forças sociais de influência na governança pública, (FIEAM, CIEAM, AFICAM, FAEA, CORECON, SINDICATOS, etc), pois do contrário se estará matando a “galinha dos ovos de ouro” para, por um foco equivocado de governo, aumentar a arrecadação sem levar em consideração o efeito multiplicador dos incentivos fiscais na economia estadual.

A sociedade amazonense aguarda ações efetivas por parte do governo estadual, mas sem inadequações desnecessárias para o momento que as indústrias do PIM atravessam. A miopia governamental nesse sentido sempre foi prejudicial e entrava o desenvolvimento econômico desse estado.

(\*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: [nilsonpimentel@uol.com.br](mailto:nilsonpimentel@uol.com.br).